

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA**  
**SUL-RIO-GRANDENSE**  
**CONSELHO SUPERIOR**

**ATA N.º 01/2013**

1 Às onze horas do dia vinte e oito de fevereiro do ano de dois mil e treze, no  
2 miniauditório 1 do *campus* Pelotas do IFSul, a Pró-reitora Janete Otte deu início à  
3 primeira reunião do corrente ano do Conselho Superior – CONSUP, com a  
4 presença dos conselheiros: Adão Antônio de Souza Júnior, Alex Mulattieri Suarez  
5 Orozco, Alexandre Luís de Souza Nunes, Alexandre Ferreira Escouto, Álvaro Luiz  
6 Carvalho Nebel, Ângelo Marcos de Freitas Diogo, Carina Mendes, Carlos Cardoso  
7 da Costa e Silva Júnior, Carlos Emílio Padilla Severo, Cristian Oliveira da  
8 Conceição, Daiani Luche Dorow, Daniel Almeida Hecktheuer, Danielle  
9 Skweickardt, Diego Zurawski Saldanha, Douglas Pinho de Ávila, Edison Viana  
10 Schuch, Flávia Lopes Solari, Francilon Lima Simões, Francisco Carlos Gonçalves  
11 Brongar, Gabriel Rodrigues Bruno, Gustavo da Costa Borowski, José Carlos  
12 Pereira Nogueira, Júlia Roberta Sehn, Julio César Damasceno, Leonardo Campos  
13 Soares, Leonardo Missiaggia, Luciana Neves Loponte, Mack Léo Pedroso,  
14 Marcelo Lopes Cairuga, Osni da Costa Rodrigues, Rafael Rodrigues Bastos,  
15 Ricardo Lemos Sainz, Rogério Coelho Guimarães, Vitor Hugo Borba Manzke e  
16 Vitor Gonçalves Dias; do Diretor-executivo Flávio Luis Barbosa Nunes; da  
17 Secretária Berenice Mattos da Silva; dos convidados: Pró-reitores Marcos André  
18 Betemps Vaz da Silva, Mario Leonardo Boéssio, Luanda Gomes Ney e dos  
19 servidores: Henrique Ziglia Maia, Marco Antônio Luz da Silva, Marilvana  
20 Giacomelli Tavares, Rafael Blank Leitzke e Ricardo Costa Carrilho. Após  
21 cumprimentar os presentes, a Pró-reitora Janete Otte justificou a ausência do  
22 presidente do CONSUP, professor Antônio Carlos Barum Brod, intimado a  
23 comparecer em audiência no Ministério Público. O conselheiro Adão Souza disse  
24 que não é a primeira vez que acontece a falta do presidente. Salientou a  
25 importância de que seja estabelecido um critério de substituição da presidência,  
26 para que não mais ocorram situações como esta; que os assuntos poderiam ser

*[Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including names like Brongar, Vitor, and others.]*



64 em *campi* alternados e que, como órgão maior do Instituto, deve ter mais tempo  
65 para discussões; que tem a missão de regulamentar questões institucionais, e que  
66 dos institutos do estado é o que tem maior número de desregulamentação de  
67 processos. O conselheiro Adão Souza disse que deveria ser marcada reunião no  
68 final do ano para aprovação do Relatório de Gestão; que é fundamental definir  
69 datas e locais, para que, já no início do ano, destine-se verba para garantir o  
70 deslocamento dos conselheiros; que seis é o número mínimo de reuniões que deve  
71 haver. O conselheiro Vitor Manzke ratificou as falas anteriores, salientando que o  
72 CONSUP é o órgão maior da Instituição e que deve ter prioridade máxima no  
73 atendimento a suas demandas e que as decisões tomadas por ele devem ser  
74 respeitadas por todos e pelo todo do Instituto; que o fato de ser representante do  
75 CaVG não impede que possa discutir sobre assunto de outro *campus*; que, uma vez  
76 sendo comunicado ao diretor-geral, qualquer conselheiro pode comparecer a outro  
77 *campus* para tomar conhecimento de situações que julgue necessário conhecer; que  
78 há coisas em seu *campus* com as quais não concorda, pois atingem a imagem do  
79 Instituto e este é o fórum para onde deve trazer a discussão e levar uma resposta  
80 para dentro do *campus*; que por isso o CONSUP deve ter prioridade sempre. O  
81 conselheiro Ricardo Sainz esclareceu que o Relatório de Gestão não pode ser feito  
82 dentro do exercício fiscal. A pró-reitora Janete Otte lembrou que o relatório  
83 depende de informações de todos os *campi* e que precisa ser aprovado até março. O  
84 conselheiro Alex Orozco disse que está havendo uma cultura dentro do CONSUP  
85 de que documentos longos não são lidos, que são aprovados automaticamente, por  
86 isso prazos de envio são reduzidos; que deve ser revista essa cultura e dar maior  
87 valor às ações dos conselheiros. A pró-reitora Janete Otte disse não ter sido essa a  
88 intenção, que houve problemas de encaminhamento e que faz questão de que o  
89 documento seja avaliado com toda a atenção. O conselheiro Alex Orozco sugeriu  
90 que os conselheiros participem da comissão que trabalha o Plano em seus *campi*,  
91 como forma de melhor conhecer o documento; que para a próxima reunião tragam  
92 as especificidades de seus *campi* para agilizar a análise. Após discussão sobre datas  
93 e locais, ficou aprovado que as reuniões ordinárias serão realizadas nos dias 26 e  
94 27 de março, no *campus* Camaquã; 24 de abril, no *campus* Charqueadas; 20 de  
95 junho, no *campus* Passo Fundo; 13 de agosto, no *campus* Sapucaia do Sul; 09 de  
96 outubro, no *campus* Bagé e 05 de dezembro, no *campus* Venâncio Aires, sendo que  
97 os assuntos para encaminhamento ao CONSUP deverão ser tratados na reunião do  
98 CODIR realizada no mês anterior. Neste momento, chegou o presidente do  
99 Conselho, Antônio Brod, que cumprimentou os presentes, deu boas-vindas aos  
100 novos conselheiros e disse que em momento oportuno fará um balanço com os



101 *campi* da gestão e do Conselho. Dando início a sua fala, traçou um panorama das  
102 diretrizes apresentadas na reunião do CONIF: portarias das funções e cargos, que  
103 estavam no aguardo da nova Lei da Previdência do Servidor Público e que há  
104 promessa de liberação até final de março e que permitirá abertura de novos  
105 concursos, chamar candidatos aprovados e liberação de cargos e funções para os  
106 *campi*; que está prevista a liberação das FCCs para o sistema administrativo; que o  
107 governo pretende estender o PRONATEC a entidades privadas e comunitárias, o  
108 que causa preocupação pela qualidade de cursos a serem ofertados por essas  
109 instituições, que não serão avaliados pelo MEC; que a Assistência Estudantil  
110 deverá ter normas mais dinâmicas e todos os seus programas devem ser inseridos  
111 no PRONATEC, que passará a fazer parte da matriz orçamentária; a criação do  
112 Projeto Esplanada Sustentável, que tem por objetivo economia de 10% (dez por  
113 cento) em treze itens que devem ser apontados pela própria Instituição a partir da  
114 relação elencada pelo governo; salientou que a escolha não pode recair em itens  
115 que mais tarde venham penalizar o repasse de recursos à instituição e reforçou que  
116 os diretores devem aplicar os recursos evitando a devolução ao final do ano; o  
117 Reconhecimento de Saberes e Competências (RSCs), que deverão ter diretrizes  
118 regulamentadas pelo CONSUP, para os três níveis: graduação para especialização;  
119 especialização para mestrado e mestrado para doutorado. Disse ter sugerido que o  
120 CONIF fornecesse diretrizes básicas para evitar distorções entre os institutos. A  
121 seguir, disse que iria se pronunciar, como reitor e como presidente do CONSUP,  
122 não como colega, sobre seu comparecimento à reunião da qual estava chegando,  
123 atendendo convocação do Ministério Público; ressaltou que todos deveriam ter  
124 compreensão da gravidade de atos tomados ou incentivados que podem deixar a  
125 Instituição vulnerável a procedimentos externos; que havia passado três horas e  
126 quarenta e cinco minutos da manhã fornecendo explicações ao Promotor da Justiça  
127 Federal sobre processo que pedia o cancelamento e anulação de todo o processo  
128 eleitoral do IFSul para reitor e diretores-gerais; que se não fosse a credibilidade  
129 adquirida pela instituição aos longos dos últimos oito anos, que até reversão de  
130 sentença conseguiu, talvez fosse muito alto o preço a pagar pelas decisões tomadas  
131 e ratificadas pelo CONSUP em todos os passos do processo eleitoral, que foi uma  
132 eleição lícita, difícil pela complexidade e penosa para quem esteve à frente do  
133 processo, mas que atingiu seus objetivos, elegendo seus representantes com lisura;  
134 que foi muito difícil, como reitor, estar à frente de um processo que visava  
135 unicamente à destruição de tudo o que havia sido construído legalmente pelo  
136 Conselho desde o primeiro passo do processo; que é preciso colocar o Instituto  
137 acima de posicionamentos ou vaidades pessoais; que acredita que esse, assim como



138 outros processos, não prospera; disse sentir-se indignado com a situação e pediu a  
139 todos que, em situações formais ou informais, defendam sempre a Instituição,  
140 esperando que não mais ocorram situações assim. Reforçou o pedido de que sua  
141 fala fosse registrada unicamente como do Reitor e pediu que o Conselho  
142 continuasse apoiando o reitor nas situações em que ele necessitar. O conselheiro  
143 José Nogueira disse que gostaria de explicação, porque foi candidato e porque é de  
144 interesse do CONSUP; que só tomou conhecimento da existência de processo  
145 através do Diário Oficial da União de 15 de janeiro e que a maioria dos  
146 conselheiros também não deve conhecer. O conselheiro Vitor Manzke também  
147 disse não saber o que estava sendo discutido e que ir à justiça é parte de um  
148 processo, que ele desconhece; que o reitor deve ser claro, que em nenhum  
149 momento recebeu dados ou informações sobre tal; que só no corredor ouviu falar  
150 de processo causado por sumiço de votos. O presidente do Conselho reafirmou que  
151 o processo pretendia a impugnação de toda eleição e a sua indignação é  
152 consequência de ver que todos os apontamentos do processo vão de encontro ao  
153 que foi aprovado pelo Conselho Superior. Disse tratar-se de processo público  
154 colocando o IFSul na posição de interpelado em relação a denúncias que visam  
155 buscar anulação do processo eleitoral, tomando por base anotações adversas a tudo  
156 que o CONSUP aprovou. O conselheiro Vitor Hugo questionou se era recurso  
157 restrito ou amplo, ao que o reitor respondeu ser amplo. Após, esclarecido do que  
158 havia sido discutido durante sua ausência, o presidente colocou em votação as atas  
159 07/2012 e 11/2012, o Regulamento da Revista Thema e o calendário de reuniões  
160 ordinárias do Conselho, que foram aprovadas. Prosseguindo, submeteu as Portarias  
161 **ad referendum** à apreciação. A primeira, número **2380/2012**, criando duas  
162 coordenadorias, uma ligada à Assessoria Internacional e outra à Reitoria. A  
163 conselheira Daiana Dorow pediu esclarecimentos sobre as FGs. O presidente  
164 Antônio Brod disse que as FGs-2 eram de portaria anteriormente recebida, para uso  
165 posterior, mas antecipadas para dar legalidade de substituição; que posteriormente  
166 virá ao Conselho proposta de alteração de estrutura; que a primeira foi necessária  
167 pela transformação da Assessoria Internacional em Diretoria de Assuntos  
168 Internacionais; a segunda é uma FG de Sapucaia do Sul, utilizada  
169 momentaneamente para a professora Cléia Salles, relacionada à criação de um  
170 Instituto de Tecnologia e Inovação, na cidade de Sapucaia do Sul, na área de  
171 polímeros, ligado ao *campus* da cidade. Foi considerado que a professora é doutora  
172 na área e além dessa função irá ajudar o pessoal da fase três da expansão. Salientou  
173 que são nomeações *pro tempore*, que retornarão a suas origens quando vierem as  
174 definitivas. O conselheiro Adão Souza lembrou que a questão da alocação de



175 funções é regimental; que muitas vezes se faz necessário estruturar setores,  
176 inclusive o Conselho Superior, mas sempre se esbarra na falta de funções, na falta  
177 de recursos; que por outro lado, em quase todas as reuniões do Conselho há  
178 portarias *ad referendum* alocando funções; que parece que as funções têm que ser  
179 usadas tão logo cheguem, que não há reserva para um planejamento futuro.  
180 Lembrou que na última reunião foi falada a importância de trazer para esta reunião  
181 a questão do redimensionamento, o que não ocorreu; disse que gostaria que não  
182 mais fossem emitidas portarias *ad referendum* fazendo mudanças que deveriam ser  
183 regimentais e sugeriu que os conselheiros não aprovassem a portaria. O  
184 conselheiro Vitor Manzke lembrou que já defendeu o *ad referendum* como garantia  
185 de o reitor resolver uma situação urgente, mas que não lembra de ter havido  
186 qualquer discussão sobre a Coordenadoria Executiva da Direção – COREX; que o  
187 Conselho deveria ter sido consultado sobre a possibilidade de criação da mesma e  
188 que já existe e que ele votaria não, pois os *campi* poderão começar a criar  
189 coordenadorias e direções e tudo o que já foi aprovado pelo Conselho seria  
190 desrespeitado; que até entende a criação da função ligada aos Assuntos  
191 Internacionais, mas é totalmente contrário à outra. O conselheiro Alex Orozco  
192 pediu esclarecimentos sobre a COREX, se o Instituto será ligado ao *campus*  
193 Sapucaia do Sul, pois como representante dos docentes desconhece totalmente o  
194 assunto. O presidente Antônio Brod disse que é projeto recente, são vinte institutos  
195 no Brasil e, no estado, o único é o ligado ao *campus* Sapucaia do Sul. Foi  
196 questionado sobre o funcionamento, a origem da verba para o instituto e disse que  
197 são questões que vão ser discutidas. O conselheiro Alex Orozco disse que é  
198 costume, antes de aprovar, discutir qualquer projeto novo na comunidade do  
199 *campus* e que isso não aconteceu em relação ao instituto. O presidente Antônio  
200 Brod disse que ninguém foi consultado pelo governo. O conselheiro Francisco  
201 Brongar disse ter participado das comissões que elaboraram PDI, Estatuto e  
202 Regimento, mas não foi possível discutir a estrutura; que só foi possível a inclusão  
203 do artigo 154, que prevê a discussão das estruturas organizacionais num prazo de  
204 até três anos; que concorda com a posição dos conselheiros em favor da não  
205 aprovação da portaria e propôs a revisão imediata do Regimento e a discussão  
206 efetiva da estrutura do instituto. O conselheiro Vitor Manzke questionou o  
207 presidente sobre o investimento financeiro e de pessoal que o instituto a ser criado  
208 vai receber. O conselheiro Osni Rodrigues disse que para criação da função é  
209 necessário definir um prazo para que ela seja criada de fato. O presidente Antônio  
210 Brod disse que quando há necessidade de estruturar a instituição, criando funções  
211 específicas, observa um rechaçamento por parte de conselheiros; que se os

Brongar Vitor  
G Y B S S  
CS  
F S  
O S  
T  
me

212 conselheiros preferirem não haverá mais *ad referendum*, mas que é um problema  
213 de gestão, que o gestor deve agir com coerência e perceber que se não tomar uma  
214 atitude em determinado momento, poderá perder oportunidades; que a Instituição  
215 está vivendo um momento de internacionalização, abrindo oportunidades de  
216 intercâmbio com vários países, com delegações estrangeiras buscando parcerias,  
217 nada mais justo do que ter na estrutura um organismo que tenha reconhecimento e  
218 força para representar o IFSul nessas questões; que hoje só tem uma pessoa no  
219 setor e uma estagiária para fazer os contatos; que se Sapucaia do Sul não tem  
220 interesse no Instituto realmente deve discutir, mas que o poder central, no CONIF,  
221 entendeu ser pertinente pela especificidade do *campus*; que haverá investimento de  
222 até R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) e que a Instituição não tem  
223 ninguém para tratar a questão, que também precisa de uma pessoa para tratar da  
224 fase três da expansão, juntamente com os diretores designados para dar andamento  
225 ao processo. O conselheiro Vitor Manzke perguntou qual seria o investimento da  
226 Instituição e o presidente respondeu que não há nenhum, apenas recebe um  
227 instituto de tecnologia. O presidente disse ter o direito de escolher uma pessoa para  
228 representar *pro tempore* a Instituição, até para justificar o afastamento de sua  
229 função primária e cuidar de um processo que poderá ou não ter continuidade; que  
230 traz as *ad referendum* não para aprovação, mas para posicionamento e votação dos  
231 conselheiros; que prefere uma ação, mesmo que venha a ser contestada ou vetada  
232 posteriormente do que uma omissão. A conselheira Daiane Dorow lembrou que os  
233 técnico-administrativos também desenvolvem atividades importantes para a  
234 Instituição, sem nenhuma FG ou CD, e as funções não deixam de ser feitas. Nesse  
235 sentido sente-se desconfortável, que muitas vezes já se sentiu irresponsável com as  
236 palavras do reitor, mas que agora não se sente irresponsável; que seria  
237 irresponsável se aceitasse uma situação sem ter conhecimento dela; que o  
238 Regulamento é claro e que essas funções têm que ser discutidas; que se sente  
239 irresponsável por votar uma situação não discutida; questionou se o mais  
240 importante é o que ainda nem existe ou os técnicos de referência que desde 2008  
241 trabalham para colocar a Lei 11.091 em prática; se são os colegas que ministram  
242 gratuitamente a capacitação ou o novo instituto que vai trazer dinheiro; que é  
243 preciso melhor estruturar o organograma. O conselheiro Adão Souza disse que até  
244 2005 os coordenadores trabalhavam sem função; que as funções são exercidas em  
245 primeiro lugar, para depois pensar em valores; que não está julgando o mérito das  
246 questões, mas sim o do encaminhamento; concorda que o *ad referendum* dá  
247 agilidade, concorda com as demais portarias encaminhadas, citou a referente ao  
248 PAINT, que foi encaminhada com todo um processo permitindo análise; que é hora

249 do Conselho votar nas melhores práticas que existem na Instituição; que se têm  
250 seis oportunidades ao ano para se reunir e vir a institucionalização, é nessas  
251 oportunidades que devem ser incentivadas as melhores práticas existentes nesta  
252 gestão. O conselheiro Alex Orozco reclamou da exiguidade de tempo na remessa  
253 dos documentos, que não podem sofrer alteração, sob pena de esgotar o prazo para  
254 aprovação ou quando o prazo vence antes da reunião CONSUP faz-se *ad*  
255 *referendum*; que grande parte das coisas importantes está acontecendo nesse  
256 formato; que dá impressão de uma cultura de que tudo será sempre aprovado;  
257 como se a missão do Conselho fosse meramente burocrática; que não se pode partir  
258 do princípio de que o CONSUP vá aprovar tudo; que essa cultura precisa ser  
259 mudada; que o problema é o trâmite de documentos dentro do Instituto; que a  
260 função do Conselho é justamente discutir as questões e levar os resultados para os  
261 *campi*; que em relação ao instituto de inovação há completo desconhecimento na  
262 comunidade, que sabiam extraoficialmente que a servidora Cléia Salles estava no  
263 escritório de representação do IF em Porto Alegre; que nem a servidora nem o  
264 atual diretor levaram a informação correta ao *campus*; que precisa de informações  
265 para transmitir ao seu grupo; disse que a portaria deve ser aprovada, mas que deve  
266 ser dado prazo para que a gestão se organize em relação aos trâmites dos  
267 processos, deixando claro que na próxima reunião isso não será tolerado. A  
268 conselheira Daiani Dorow lembrou que esta discussão já foi feita em reuniões  
269 anteriores. O conselheiro José Nogueira lembrou que em 2010, quando assumiu a  
270 direção, o *campus* Pelotas estava passando por uma reestruturação de  
271 enxugamento, tendo devolvido seis FGs e mais cinco retiradas em 2011; que de  
272 1999 a 2005, os coordenadores dos primeiros cursos de tecnologia do *campus*  
273 Pelotas trabalharam sem recebimento de FGs, mas os cursos funcionaram com  
274 qualidade; que nos anos passado e retrasado os cursos da área de Tecnologia  
275 Ambiental tiraram segundo lugar em nível nacional; no ano passado a Engenharia  
276 Elétrica foi considerada a melhor do país; que esse ano também perdeu funções;  
277 que agradeceu os colegas que se solidarizaram com a situação por que passava; que  
278 desde então está atuando com três áreas na formação geral, sendo duas com FG-2 e  
279 uma com FG-4; há curso de Engenharia Química para iniciar agora e estão pedindo  
280 portaria para nomear responsável; que o curso de mestrado começou a funcionar da  
281 mesma forma; concorda que qualquer proposta de alteração na estrutura tem que  
282 passar pelo Conselho; que isso já foi discutido em outras reuniões; que não vê tanta  
283 urgência na portaria que não pudesse esperar por reunião do CONSUP; que o  
284 Conselho tem que refletir sobre a mudança de cultura. O conselheiro Vitor Manzke  
285 ratificou seu posicionamento favorável ao *ad referendum*, que concorda com a

286 função para a Assessoria Internacional, mas discorda com a COREX, questionou  
287 para o que serve, que o presidente já informou que é a criação que vai trazer R\$  
288 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), que talvez deixar de acessar esse valor  
289 seja mais positivo do que acessá-lo; que vai ter custo para o Instituto sim, que em  
290 determinado momento o governo pode deixar de financiar; que não é o valor mas a  
291 significância de um projeto de extensão que deve ser considerada; que já houve  
292 projetos postos de lado porque não estavam bem explicados; que esse instituto é  
293 desconhecido; que criaram as licenciaturas, que são fundamentais e que não  
294 receberam apoio efetivamente em termos de equipamentos e de infraestrutura; que  
295 não lembra de o presidente ter falado em olhar as licenciaturas, de ver que estavam  
296 faltando professores; que grande parte dos recursos para as licenciaturas, inclusive  
297 folha, é oriunda dos projetos do NECIM, tão combatido pela administração. O  
298 presidente Antônio Brod disse que a criação do instituto é uma proposta do  
299 governo que destinará até R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões), não que este  
300 valor seja para o IFSul. Disse que as duas FGs eram da Reitoria; que também se  
301 criou uma cultura de que *campi* e reitoria são unidades estanques, que isso não  
302 existe, que toda instituição tem que ter um órgão forte, que é a reitoria, com  
303 poderes político e administrativo para poder gerenciar a instituição. Em relação a  
304 funções, o presidente salientou que o número de servidores e o número de funções  
305 é definido, que nem todos podem tê-la, que é preciso fazer adaptações e trabalhar  
306 com o que temos; que durante a fase de expansão o governo liberou FGs aos  
307 poucos, que devolveu todas as funções aos *campi* da expansão, que isso só não  
308 vale para os *campi* Pelotas, por ser autarquia de origem, CaVG, recebido já com  
309 estrutura montada, e Sapucaia do Sul, que é pré-expansão, e para esses não havia  
310 política de funções e cargos; que sua intenção é trabalhar com segurança para ter a  
311 chancela do Conselho. Em relação à função da COREX explicou que havia a  
312 intenção de os três institutos gaúchos terem uma representação em Porto Alegre e  
313 viu a professora Cléia Salles como pessoa capacitada para discutir com os  
314 representantes dos outros institutos como se faria essa representação, assim como a  
315 viu capacitada a discutir assuntos relacionados à área do plástico, referente ao  
316 Instituto de Tecnologia e Inovação; que o governo, pelo projeto Esplanada  
317 Sustentável, ao pensar na criação desses vinte institutos, atrelados a IFES, viu que,  
318 no Rio Grande do Sul, só caberia um, atrelado ao *campus* Sapucaia do Sul, por sua  
319 localização na área de tecnologia do estado, dentro do polo petroquímico. Dentro  
320 do mesmo projeto vem a condição da economia de 10% (dez) de orçamento, sendo  
321 um dos itens o de aluguel, o que levou ao descarte da criação do escritório central,  
322 que paralelo a isso precisava agregar uma pessoa na equipe que está trabalhando na



323 implantação dos três *campi* da região metropolitana: Gravataí, Sapiranga e  
324 Lajeado; que a função foi dada para que, portadora de cargo, a professora Clélia  
325 Salles pudesse ser interlocutora dos projetos em Brasília. Falando diretamente ao  
326 conselheiro Vitor Manzke, o presidente reforçou que a criação do instituto é  
327 projeto do governo, se vamos ou não querer, a discussão ainda não chegou nesse  
328 nível ainda, que o governo está acenando com o investimento de R\$ 50.000.000,00  
329 (cinquenta milhões) para a sua criação; que o pessoal de Sapucaia e a nova gestão  
330 devem discutir o novo elemento e definir se interessa ou não; que a função  
331 questionada precisa estar ligada à reitoria e por determinado período de tempo. Em  
332 relação à devolução de funções, disse que também a reitoria as devolveu; que na  
333 realidade as funções não foram tiradas de ninguém, mas devolvidas a sua origem;  
334 que o papel do gestor é justificar a ação que tomou e ao conselho cabe analisar e  
335 aprovar ou não. Salientou que não chegou nada a ele sobre falta de dinheiro, ou  
336 estrutura, ou equipamentos, para as licenciaturas; que é normal que sempre se  
337 queira mais, que isso faz parte do processo, mas que efetivamente nunca faltou  
338 para ninguém, que seguidamente, recursos são devolvidos. O conselheiro Vitor  
339 Manzke pediu que o presidente repetisse, para que constasse em ata, que recursos  
340 nunca faltaram para atividades como essa no CaVG. O presidente disse, que ao  
341 que ele soubesse, nunca faltaram recursos, que fossem do orçamento do IFSul,  
342 jamais; que ao presidente nunca chegou qualquer comunicação informando falta de  
343 recursos. O conselheiro Ricardo Sainz lembrou que ano passado foram enviados  
344 dois PPAs, não atendidos por falta de recursos, encaminhados via reitoria. O  
345 presidente disse que todos sempre querem mais recursos, mas que não podem dizer  
346 que não funcionou por falta dos mesmos; que se o MEC não repassou por não  
347 entender que deveria destinar a determinado projeto, não é de sua alçada. O  
348 conselheiro Osni Rodrigues leu documento dizendo que o CaVG perdeu, ano  
349 passado, em processos licitatórios no valor de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e  
350 quinhentos mil) porque não tinha recursos para empenhar. O Presidente passou a  
351 palavra ao conselheiro Mack Pedroso, que se apresentou como diretor do *campus*  
352 Sapucaia do Sul e se disse surpreso com a situação; que considerando o presidente  
353 ter dito que o assunto do instituto de tecnologia e inovação seria discutido no  
354 *campus*, manifestaria sua opinião na próxima reunião. O conselheiro Vitor Dias  
355 perguntou se o cargo necessita de FG, ou se pode trabalhar com a hipótese de ser  
356 aprovado no Conselho e depois ter a FG ou se já tem que começar no cargo com  
357 ela; disse que acompanha a publicação das portarias e que observa a criação de  
358 muitas funções *ad referendum* e que gostaria que sempre houvesse discussão no  
359 CONSUP. O presidente Antônio Brod ratificou sua fala de que, para ter





360 representatividade, a instituição deve ter pessoa com a devida investidura; que  
361 cargos não constantes no organograma dependem de alteração regimental e sempre  
362 passam no Conselho; que apenas as de menor complexidade podem ser criadas *ad*  
363 *referendum*, mas depois são regimentadas. O conselheiro Vitor Manzke perguntou  
364 ao conselheiro Mack Pedroso se ele desconhecia o assunto, o que foi confirmado.  
365 O presidente Antônio Brod justificou que não havia tido oportunidade de conversar  
366 com o diretor do *campus* em razão de sua viagem a Brasília. O conselheiro Adão  
367 Souza informou que uma pessoa para desenvolver determinada atividade de  
368 significativa importância necessita da portaria, não de função; disse que concorda  
369 com as demais portarias da pauta, apenas essa deveria ser reestudada. O  
370 conselheiro Vitor Manzke disse que o problema é constarem dois pontos na mesma  
371 portaria; que aprova o primeiro, mas é contrário ao segundo e solicitou que fossem  
372 votados em separado os dois itens, com o que o presidente concordou. A portaria  
373 2380/2012 foi encaminhada à votação: o primeiro item foi aprovado por contraste,  
374 tendo recebido quatro votos contrários; o segundo item recebeu quinze votos  
375 favoráveis, oito contrários, havendo seis abstenções, de forma que a **Portaria**  
376 **2380/2012** foi homologada. A seguir, o presidente submeteu à votação as demais  
377 portarias *ad referendum*: a **Portaria 115/2013** foi aprovada por contraste, tendo  
378 havido três abstenções; a **Portaria 156/2013** foi aprovada por unanimidade; em  
379 relação à **Portaria 414/2013**, o conselheiro Vitor Manzke perguntou se o  
380 percentual de alunos atingia o mínimo necessário exigido pela legislação, tendo  
381 sido informado pelo presidente da Comissão Eleitoral, Ricardo Carrilho, de que  
382 não prevê percentual mínimo na legislação; a Portaria foi aprovada por  
383 unanimidade; a **Portaria 529/2013** foi aprovada por contraste, com duas  
384 abstenções. A secretária Berenice Silva informou da necessidade de mudar para o  
385 auditório central do *campus*, em virtude de compromisso agendado anteriormente.  
386 O conselheiro Vitor Manzke disse entender a situação, mas que o Conselho deve  
387 ser priorizado. Houve pequeno intervalo para *coffee brake* e após os trabalhos  
388 foram retomados com a discussão do **processo eleitoral do campus Pelotas-**  
389 **Visconde da Graça**. O presidente disse que, atendendo solicitação do conselheiro  
390 Adão Souza, pode chamar reunião extraordinária quando o reitor Marcelo Bender  
391 tomar posse para ser recebido como presidente do Conselho. Em relação ao tema,  
392 salientou que o Conselho deve ter um posicionamento a respeito do processo  
393 referente ao referido processo, porque a instituição não pode ficar parada em  
394 relação ao CaVG. O conselheiro Vitor Manzke perguntou como se daria a posse do  
395 reitor. O presidente Antônio Brod informou que será em Brasília, mas que será  
396 feita uma solenidade em Pelotas e também no Conselho, para prestigiar o novo

*Frengar*

*Vitor*  
*G*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

397 reitor, talvez em reunião extraordinária. O presidente da Comissão Eleitoral  
398 (COE), Ricardo Carrilho, disse que a Comissão deixou para o Conselho tomar a  
399 decisão a partir da análise do mérito do processo movido pelo professor Álvaro  
400 Nebel; informou ter havido discrepância de dois votos, o que levou o processo a  
401 uma condição de continuidade; que teve como primeiro colocado o professor  
402 Álvaro Nebel e segundo colocado o professor Ricardo Lemos Sainz; que em  
403 função de recurso impetrado não foi possível empossar o novo diretor; que a COE  
404 analisou e trouxe a decisão para o Conselho. O conselheiro Vitor Manzke disse que  
405 ao final da votação foi reconhecida a vitória do professor Álvaro Nebel e que, na  
406 sequência, existiu discussão referente à contagem de votos e que não tem  
407 condições de avaliar porque os dados da COE não chegaram até os conselheiros do  
408 CaVG; solicitou que a COE se manifestasse esclarecendo o que aconteceu. O  
409 presidente pediu ao presidente da COE que fizesse os esclarecimentos necessários  
410 sobre o processo e o motivo pelo qual foi enviado ao Conselho. O professor  
411 Ricardo Carrilho disse que ao término da apuração foi constatada a vitória do  
412 professor Álvaro Nebel com um percentual muito pequeno em relação à votação  
413 do professor Ricardo Sainz; que foi detectada discrepância de votos no segmento  
414 técnico-administrativo; que por uma interpretação errônea da COE local foi  
415 disponibilizada apenas uma urna para receber os votos dos três segmentos – uma  
416 para reitor e outra para diretor geral; na referida urna houve diferença entre o  
417 número de assinaturas na ata e a quantidade de votos depositados na urna; que,  
418 pelo art. 57 do regulamento da COE, em caso de diferença, vale a urna; que se essa  
419 diferença influenciasse no resultado da eleição, deveria ser feito novo processo  
420 eleitoral; que quando foi promulgado o resultado, o professor Ricardo Sainz entrou  
421 com recurso pedindo a anulação da eleição; que o resultado do recurso foi uma  
422 recontagem dos votos invocando o artigo 57; que naquela noite, quando foi feita a  
423 recontagem, ele não lembra de ter chegado a ele o voto, mas os colegas nominados  
424 Rogério Coelho Guimarães, Marco Antônio Luz da Silva, Flávio Luis Barbosa  
425 Nunes, Lúcio Hecktheuer e Miguel Baneiro lembram da existência de um voto de  
426 técnico-administrativo para o professor Álvaro Nebel na urna para reitor; lembram  
427 de tê-lo entregue ao presidente da COE para juntar à mesa dos votos em trânsito. O  
428 conselheiro Rogério Guimarães disse que, quando foi localizado o referido voto,  
429 foram chamados o professor Álvaro Nebel e o representante do professor Ricardo  
430 Sainz, professor Jairo Campelo, para tomada de conhecimento do fato; que após  
431 entregarem o voto ao presidente, não mais se envolveram pois estavam  
432 escrutinando para reitor. O presidente da COE disse que surgiu a diferença de dois  
433 votos e esse não foi computado; que após divulgação do resultado, o professor

434 Ricardo Sainz entrou com recurso. O professor Ricardo Carrilho disse que parte do  
435 recurso do professor Ricardo Sainz foi atendido, que o resultado foi retirado da  
436 página e que foi feita uma recontagem, mas o voto não apareceu. Como persistiu a  
437 diferença de dois votos, foi determinada nova eleição. Posteriormente o professor  
438 Álvaro Nebel entrou com recurso pedindo que a decisão fosse reconsiderada com  
439 base nos depoimentos dos fiscais e no de uma servidora técnico-administrativa  
440 para quem foi cedida uma cédula de aluna, com a qual ela votou; que este voto foi  
441 computado como voto de aluno, que tem peso diferenciado; que parte do recurso  
442 do professor Álvaro Nebel era reconsiderar e não o fazendo, encaminhar para  
443 apreciação ao Conselho Superior, última instância do Processo Eleitoral. O  
444 conselheiro Ricardo Sainz disse que teoricamente deveria ter sobrado um voto;  
445 perguntou se havia ata da primeira apuração, que não recebeu. O presidente  
446 explicou que a sala de escrutínio foi fechada e todos os documentos referentes ao  
447 CaVG foram lacrados e abertos na presença dos fiscais; disse que não houve ata da  
448 primeira apuração, mas que a ata da recontagem a substitui. A ata da recontagem  
449 foi feita nos mesmos parâmetros da anterior, com as mesmas listas, mas  
450 permaneceu a diferença de três votos de alunos entre lista e votos. Disse que tem  
451 todos os dados dos votos que os dois candidatos receberam dos três segmentos; que  
452 não chegaram até ele papéis informando os percentuais dos segmentos. O  
453 conselheiro Ricardo Sainz perguntou a resposta dada aos recursos. O presidente da  
454 COE respondeu que ao dele, o de anular a eleição e fazer um novo processo  
455 eleitoral; ao do candidato Álvaro Nebel, que pedia a reconsideração, baseado nos  
456 depoimentos de que votos existiram e sumiram, não tendo sido computados a  
457 princípio, nem o da servidora que votou como discente nem o que sumiu na  
458 madrugada e que foi para a mesa dos votos em trânsito, que a comissão entendeu  
459 que não poderia reconsiderar porque estaria ferindo o regulamento aprovado em  
460 Conselho, mas atendeu a segunda parte do recurso do professor Álvaro, que era  
461 encaminhar para o Conselho. O conselheiro Vitor Hugo perguntou qual a posição  
462 da COE, independente de qualquer questionamento. O presidente respondeu que é  
463 realizar nova eleição, respeitando o regulamento aprovado pelo Conselho; que aí  
464 entra o recurso do professor Álvaro Nebel, pedindo a reconsideração. O  
465 conselheiro Marco Silva perguntou se os votos que estavam na urna alteram o  
466 resultado da eleição. O presidente projetou na tela a planilha com os resultados do  
467 primeiro turno; disse que havia cinquenta e seis assinaturas e cinquenta e quatro  
468 votos e na recontagem apareceram mais votos do que assinaturas; O conselheiro  
469 Alex Orozco perguntou se substituindo os votos de um candidato e incluindo-os  
470 para o outro, há alteração de resultado. O presidente da COE disse que havia

Beongas

Vitor

g

g

g

g

g

g

g

g

g

g

g

g

g

g

g

g

g

g







545 estava pendente por dois votos que não apareceram; depois foi o escrutínio do  
546 *campus* Pelotas e depois entraram os servidores para fazer o escrutínio para reitor;  
547 em dado momento, um colega abriu a urna e virou sobre a mesa e era uma urna  
548 que tinha votos brancos, de alunos, e no meio deles tinha um amarelo, e chamaram  
549 o presidente Ricardo Carrilho, dizendo que tinha aquele voto ali; estavam umas dez  
550 pessoas em torno da mesa; o presidente abriu o voto, disse que era do CaVG e que  
551 era para o professor Álvaro e levou para outra mesa dizendo que ia colocar com os  
552 votos em trânsito; ele levou para outra mesa onde estava o Nenê, o Manoel e o  
553 Roger e lá ele chamou os representantes; se já naquele momento o escrutínio do  
554 CaVG já tinha encerrado com a vitória do professor Álvaro e viram um voto a  
555 favor do professor Álvaro, só reforçava a sua eleição; então, se o outro voto foi  
556 numa cédula errada e não foi considerado ou se foi para o professor Ricardo, ele é  
557 indiferente num resultado final; se o voto que foi colocado numa cédula errada foi  
558 para o professor Ricardo anula o que eles viram para o professor Álvaro, portanto  
559 não muda o resultado e como conselheiro já abre seu voto; tem que manter o  
560 resultado da eleição sob pena de precisar refazer o processo todo, inclusive de  
561 reitor. O conselheiro Ricardo Sainz perguntou-lhe se viu o voto, ele concordou e o  
562 conselheiro Ricardo Sainz perguntou por que não apareceu na recountagem, que tem  
563 uma diferença de cinquenta e seis para sessenta, que continua a diferença de dois  
564 votos. O conselheiro Rogério Guimarães declarou que existe um voto, que ele e  
565 todos da mesa viram que era do CaVG e inclusive que era para o professor Álvaro;  
566 que comentaram na mesa que o voto reforçava a vitória do professor Álvaro, que  
567 estão perdendo um certo tempo, quando é evidente que o resultado é apertado, mas  
568 tem que aceitar o resultado das urnas, sob pena de macular a imagem do IFSul, que  
569 o professor Brod passou a manhã toda dando explicações, que a sociedade não vai  
570 entender isso e que o processo precisará ser refeito como um todo; por isso acha  
571 que tem que retificar a eleição do professor Álvaro. O conselheiro Alexandre  
572 Nunes disse que todos participaram da criação do regulamento que gerou o  
573 processo eleitoral; voto que viram, voto que não viram, aqui se fala em  
574 materialização do voto, ou seja, está ali, marcado, na urna, contabilizado; ver voto,  
575 não ver voto, cadê este voto, se fosse contabilizado faria diferença, se não foi  
576 contabilizado, se não foi materializado, em mãos, não conta; o que conta são os  
577 dois votos que faltam e que fariam a diferença e gerariam um novo processo  
578 eleitoral; também tem o caso da comissão eleitoral local; está bem claro no  
579 regulamento que existiria uma urna para cada segmento, só por aí já tem um erro  
580 terrível, juntar os três segmentos numa mesma urna; então tem um erro da COE  
581 local, têm dois votos que não constam lá de forma concreta, um voto duma

*Brongar*  
*Vitor*  
*fls.*  
*GS*  
*de*



582 servidora que votou numa cédula de aluno, cédula branca, não tem como dizer que  
583 é da servidora, é de aluno, a cédula é branca, então o processo tem que ser refeito  
584 lá, não tem alternativa; como vai se chegar, se porventura ocorrer, na frente da  
585 Justiça e dizer: eu vi; mas não dizia no regulamento que voto visto é contabilizado;  
586 é um voto que é contado, que a COE guarda, inclusive; voto visto não vale, o que  
587 entende é que tem que ser refeita a eleição para diretor-geral do CaVG, não seria  
588 necessária outra, pois foi um problema local, em relação à COE local, à contagem  
589 de votos. Se a decisão foi pelo candidato A ou candidato B, a escolha se manterá,  
590 talvez, ou então outros terão chance de votar e mudar o resultado. Penso que tem  
591 que ser refeito. A conselheira Daiani Dorow pediu que fizessem o cálculo para  
592 mostrar se os dois votos alteravam o resultado. O professor Ricardo Carrilho  
593 mostrou na tela que colocando os dois votos que faltaram, para o professor Ricardo  
594 Sainz, poderia ser para o professor Álvaro, ou um para cada, como ficava; esse  
595 voto encontrado que foi para a mesa dos votos em trânsito e não entrou no trânsito,  
596 não é que ele não foi computado, ele teria que estar no envelope de trânsito, como  
597 todos os outros; que foi feita ata no início da tarde com os votos em trânsito, e até  
598 com os dos outros *campi*, está para professor Álvaro. O conselheiro Alexandre  
599 Nunes perguntou se o voto existia ou não, onde estava; se não existe não existe,  
600 então anula. A conselheira Daiani Dorow disse que então a questão não era mais os  
601 dois votos, mas considerar ou não o voto; não se fala mais em diferença, se fala  
602 que em considerando o voto que foi testemunhado, ganhou o Álvaro, em não  
603 considerando, refaz-se o processo; a conselheira Daiani Dorow quer clareza em  
604 saber se considera ou não o voto. O presidente Ricardo Carrilho disse que o objeto  
605 do recurso do professor Álvaro é este. Se não considera o voto não altera o  
606 resultado. O conselheiro Ricardo Sainz diz que altera. A conselheira Daiani Luche  
607 ratificou querer que todos se sintam esclarecidos. Perguntou ao presidente da COE,  
608 considerando o voto testemunhal, quem ganha a eleição. Ele respondeu: o  
609 professor Álvaro Nebel. E não considerando o voto testemunhal? O professor  
610 Álvaro Nebel. O conselheiro Ricardo Sainz referiu que seria nova eleição; que  
611 agora não estava considerando o testemunhal, mas os outros dois. A conselheira  
612 Daiani ratificou o pedido de clareza na resposta para a compreensão de todos e  
613 para evitar discussões desnecessárias; que considerando o voto, está encerrada a  
614 questão; não o considerando volta para a situação que a comissão decidiu, que dois  
615 votos podem fazer diferença e, portanto a eleição deverá ser refeita. O presidente  
616 Ricardo Carrilho ratificou que o recurso do professor Álvaro é justamente sobre a  
617 validade desse voto. O conselheiro Ricardo Sainz disse que mesmo considerando  
618 esse voto a diferença ficou em 0,02 e que também tem os três votos de alunos que

*Beaugar*  
*Vitor*  
*fl.*  
*OS*  
*me*



656 isso não ocorreu há pena de nulidade. O presidente da COE perguntou se o que o  
657 conselheiro Vitor Rodrigues queria saber era se depois do recurso ele havia  
658 comunicado o professor Álvaro em 48 horas e confirmou que não o fez, que  
659 entenderam que dar publicidade do resultado através da Coordenadoria de  
660 Comunicação Social era suficiente. O técnico-administrativo Vitor Dias disse que  
661 deveria ter sido feito um protocolo onde o professor Álvaro tomasse ciência. O  
662 presidente da COE disse que cumpriu o regulamento, escrutinou e divulgou o  
663 resultado. O conselheiro Marco Silva disse que para quem participou do processo,  
664 foi desgastante, começou às 18 horas de uma quinta-feira e encerrou às quatorze  
665 horas de sexta-feira; estava como fiscal do candidato Lúcio, que na madrugada,  
666 quando houve a questão do CaVG, estavam escrutinando para reitor quando  
667 depararam com a situação e tem muito claro e transparente que os fatos devem ser  
668 relatados como ocorrem, que se alguém tiver algo de diferente do que o que ele ia  
669 relatar, que o fizesse logo depois, que já tinham terminado o escrutínio com a  
670 vitória do professor Álvaro, que começou o escrutínio para reitor, que na mesa  
671 estavam ele, o Roger e o professor Manoel, quando houve a situação do voto  
672 amarelo que apareceu em determinada urna, que chamaram o presidente da COE,  
673 relataram a situação, que este pegou o voto, identificou que era do CaVG, chamou  
674 os representantes e mostrou que era voto para o professor Álvaro; que como  
675 estavam escrutinando para reitor foram testemunhas de uma situação que não lhes  
676 envolvia e, como foi votada neste Conselho, a questão de mais voto ou menos  
677 votos nas urnas do que assinaturas consta do regulamento aprovado, e como hoje  
678 houve, conforme relato do reitor, a questão de o mesmo ter sido chamado ao  
679 Ministério Público para tomar ciência do que estava ocorrendo, relatou que quando  
680 estavam escrutinando para reitor em muitos momentos os mapas das urnas não  
681 fechavam votos com nomes da lista, mas aplicavam o regulamento, tem mais  
682 assinaturas que votos, está valendo, então isso não foi particularidade do CaVG,  
683 que muitas vezes falaram sobre isso, que entende um pouquinho de matemática, se  
684 o voto apareceu ou não, no resultado oficial que foi posto lá para o professor  
685 Álvaro não computa esse voto, oficialmente ele não está computado, então a  
686 vitória vai para o professor Álvaro; se computar, ratifica. Se o voto for para o  
687 professor Ricardo. não altera o resultado, isso fica muito claro e foi verificado  
688 naquele momento, e o risco é muito grande quando se toma essas decisões, que a  
689 nulidade do processo talvez leve a retomar todo o processo geral até por que esta  
690 comissão que errou, não errou, ou sumiram com o voto, é a mesma comissão que  
691 fez todo o processo para todos os *campi*, para reitor e diretor dos outros *campi* e  
692 existe também a situação de votos e votantes que a gente detectou, se pegar os

CO

A  
Álvaro  
Rodrigues

Handwritten signature

Handwritten signature

Handwritten signature

Handwritten signature

Handwritten signature

Handwritten signature  
Handwritten signature  
Handwritten signature

Handwritten signature

Vitor

Handwritten signature

Handwritten signature

Handwritten signature

Handwritten signature

Handwritten signature

Handwritten signature

Handwritten signature

Handwritten signature

Handwritten signature

Handwritten signature

Handwritten signature

Handwritten signature

693 mapas vai aparecer essa situação; então isso tem que ficar muito claro e cristalino;  
694 que é preciso ter muito cuidado na questão desse processo, que é uma vitória e  
695 como vão resolver a questão, como vão encaminhá-la via *campus* CaVG, não sabe;  
696 houve uma vitória lá, foi ratificada, e o que está posto é a questão dos dois votos. O  
697 conselheiro Alex Orozco lembrou que ele falou que isso aconteceu em outras  
698 urnas, e perguntou se aí, aplicando o regulamento, era decisivo para a eleição. O  
699 conselheiro Marco Silva disse que a princípio, não. O conselheiro Alex Orozco  
700 disse que então não tem que anular os outros *campi*, pois isso só é feito quando a  
701 contagem afeta o resultado das eleições, que nos outros *campi* não haveria nulidade  
702 do processo, nem para reitor. O conselheiro Marco Silva disse que não tem esse  
703 dado, que quem tem a dizer se altera ou não é a COE, que está relatando o que  
704 aconteceu na noite. O conselheiro Osni Rodrigues disse que o que está sendo  
705 discutido é se vai ser ou não aprovada a posição da COE, que se não a aprovarem  
706 pode colocar em risco todo o processo. O presidente Carrilho disse que não, que ao  
707 contrário é se vai ser aceito esse voto testemunhal, o voto que fugiu ao seu controle  
708 embora tenha retirado os votos de dentro da sala de apuração do CaVG; embora  
709 tenha pedido quatro agentes da policia federal dentro da sala, e tentado controlar o  
710 movimento da sala, para que ficasse o menor número de pessoas ali dentro,  
711 somente fiscais e candidatos daquele processo, ainda assim esse voto acabou não  
712 sendo contado. O que está se discutindo é se o voto, mesmo fisicamente sumido  
713 após ser encaminhado por ele, embora não se lembre, à mesa dos em trânsito, se  
714 será aceito pelo Conselho. O recurso foral tinha duas etapas, seria reconsiderar a  
715 decisão da COE ou não reconsiderar, enviando para o Conselho; que a comissão  
716 entendeu que a alçada de uma decisão dessa magnitude seria do Conselho, que por  
717 isso não deu de pronto a integralidade ao recurso do professor Álvaro, negou a  
718 primeira parte e encaminhou a segunda para o Conselho. O conselheiro Ricardo  
719 Sainz disse que a questão é a materialidade; existem números, mas não existe ata,  
720 um regulamento que exige três urnas, existe uma mescla de votos dos polos nas  
721 urnas e uma constatação que faltariam, na planilha da própria comissão, dois votos  
722 de técnico-administrativos; a partir disso interpôs o recurso, sem saber da existência  
723 desse voto, aí existe uma recontagem de votos, onde, segundo ata, aparecem três  
724 votos de alunos a menos, diferente do que tinha na outra contagem, e dois votos de  
725 servidores a mais, conferindo listas e votos; então, na realidade, mudou e continua  
726 tendo uma diferença de dois votos, então continua o projeto prejudicado; se estão  
727 aqui tratando uma lisura e vão considerar um voto que não está materializado está  
728 sendo ferida a lisura do processo, pode-se dizer que o processo ocorreu e o  
729 candidato fulano ou beltrano foi eleito? Não, porque ora faltaram votos, ora

CS

A

Carina

JS

JS

JS

R

JS

JS

JS

Georgae  
Vitor  
H

JS  
Y  
JS  
JS

JS  
JS

T

JS

730 sobraram votos de funcionários e faltaram de alunos, e ainda tem um vetor de um  
731 voto que não se materializou, nessas duas contagens, ou até se materializou, ele e  
732 mais alguns, porque apareceram quatro nesse meio, ele e mais três se  
733 materializaram, essa é a questão que está posta; questionou se havia confiabilidade  
734 no processo ou não. O que a COE encaminhou quando fez o recurso: é  
735 significativa a diferença, em sendo significativa não há confiabilidade no processo,  
736 anular-se a eleição, ou considerar a materialidade desse voto, então também tem  
737 que considerar que faltavam dois e passou a sobrar dois; e será que nesses quatro  
738 ele não entrou e aí apareceram mais três. O presidente Ricardo Carrilho disse que  
739 na recontagem dos votos das urnas normais e depois na recontagem de todos os  
740 votos em trânsito que foram mantidos em envelope em separado junto com a ata  
741 dos votos em trânsito. O conselheiro Ricardo Sainz perguntou como as listas  
742 bateram; perguntou de novo se lembrava do voto, ao que o presidente Ricardo  
743 Carrilho respondeu que não. O conselheiro Marco Silva perguntou o que eram os  
744 votos em trânsito e quantos eram; o presidente respondeu que eram de mesários em  
745 polos a distância e eram seis. O conselheiro Ricardo Sainz disse que estavam  
746 comparando listas e votos, que na primeira apuração faltavam dois votos e na  
747 segunda sobraram dois votos, isto é, duas assinaturas a menos. O presidente disse  
748 que continuavam faltando dois votos. O presidente Antônio Brod ratificou que a  
749 COE não se sentiu em condições de dar um veredito processual e por isso trouxe  
750 para que o CONSUP o fizesse, ratificando ou não o resultado das urnas; que nos  
751 dois casos há desdobramento, que não se pode fugir do foco, que tem que trabalhar  
752 com os dados, com os números, com o que foi escrutinado naquela noite e não com  
753 suposições. O conselheiro Francilon Simões pediu que fossem apresentados os  
754 dados da recontagem. O presidente disse que se mantiveram os dados do primeiro  
755 resultado e apresentou a planilha na tela e que ficou em dois votos a diferença.  
756 Sessenta e nove e sessenta e dois votaram e sete não votaram, que o documento  
757 dessa ata não foi enviado ainda. O conselheiro Adão Souza disse que tem que ficar  
758 claro se tem que interpretar que há alteração no resultado ficar estatisticamente  
759 provado qual a variação que está havendo entre assinaturas e votos (segmento  
760 inaudível) que não é uma questão de justiça eleitoral, mas de justiça administrativa,  
761 do ponto de vista da estatística; tem que ver o que é melhor para a imagem da  
762 instituição. O conselheiro Alex Orozco sugeriu a votação, porque todos devem  
763 estar instrumentalizados para saber se esse voto que sumiu vai ser computado ou  
764 não; que depois entra na discussão dos dois votos a mais ou a menos; O  
765 conselheiro Leonardo Soares disse que isso não estava na pauta, que o que  
766 constava era a discussão do processo e que a pauta já está sendo desconstruída. O

*Brongar*

*Vitor*  
*AT*

*Re*  
*su*  
*G*  
*OS*

*W*  
*W*  
*T*

*CO*  
*X*  
*maia*  
*maia*

*J*

*J*

*J*

*R*

*OS*

*OS*

*me*



767 presidente da COE ratificou que um dos pontos do processo era que o professor  
768 Álvaro queria que o voto fosse considerado e que a COE transferiu a decisão para  
769 o CONSUP. O conselheiro Leonardo disse que estudou o processo e que não  
770 tem esses dados que estão sendo discutidos. O conselheiro Gustavo Borowski quer  
771 que conste na planilha o número de assinaturas; que se o voto ocorreu ou não, na  
772 recontagem tem que entrar junto ou então ele não existe e se ele existe não tem  
773 como considerar; que na recontagem tem que ser considerado o que está ali, que é  
774 o físico; que já apresentou diferença oposta à diferença inicial; que a planilha deve  
775 apresentar as duas contagens e o comparativo detalhado e mais claro, com o  
776 número de assinaturas. O conselheiro Alexandre Nunes disse que veio com a ideia  
777 de trabalhar com os dois votos que fariam a diferença no resultado e que de acordo  
778 com o artigo 57 o resultado seria alterado, anulando a eleição do CaVG. Aí aparece  
779 o voto que viram, que não vai questionar se viram ou não, que é um processo  
780 eleitoral com regulamento, onde não consta voto que viram para ser validado; pelo  
781 que entende do processo eleitoral do IFSul, esse voto era individual e secreto  
782 colocado numa urna; ninguém ia pegar um voto e colocar e testemunhar para  
783 alterar o resultado; perguntou se o presidente da COE disse não lembrar do voto.  
784 Este disse que não lembra. O conselheiro Alexandre Nunes disse que o  
785 regulamento tem que ser cumprido e perguntou se o procedimento do voto em  
786 trânsito teria que ser registrado em ata. O presidente anuiu. O conselheiro  
787 Alexandre Nunes disse que precisava saber disso, até porque levou urnas para  
788 Bagé e Cachoeira do Sul; que o voto em trânsito devia constar ali na ata; que o  
789 grupo de pessoas estava contando votos para reitor onde apareceu o voto amarelo e  
790 questionou se naquela urna tinha voto em trânsito. O presidente da COE disse que  
791 não tem como saber. O conselheiro Alexandre Nunes disse que se o voto não  
792 constou da ata, teoricamente nem existiu, que se foram feitas várias reuniões do  
793 Conselho e construído um regulamento, este tinha que ser cumprido; que não dá  
794 para trabalhar em cima de uma suposição; que nesse sentido a proposta desse voto  
795 que não lembra, que não está na ata daquela urna de reitor, não é questão de ser  
796 avaliada aqui; que isso é um voto de origem, e que tem que trabalhar com os dois  
797 votos que realmente alterariam o resultado da eleição, que de acordo com o artigo  
798 57 isso levaria a uma nova eleição. Citou que em Cachoeira do Sul apareceu um  
799 aluno cujo nome não estava na lista dizendo que tinha votado no primeiro turno e  
800 que não deixou que votasse no segundo em cumprimento ao regulamento e que é  
801 isso que tem que ser decidido na reunião. O presidente Antônio Brod interveio  
802 dizendo que a ciência do direito não é a ciência da justiça, e quando trabalha com  
803 fatos ela busca esclarecer o que está posto no processo; que o que não está posto



804 não existe; que o Conselho está reunido para julgar e definir é que se o que foi  
805 posto pela COE, isto é, a incapacidade de julgar, se o Conselho apoia, aprova ou  
806 não aprova, porque se voltarmos a discutir todos os aspectos fundamentados na  
807 eleição, vamos ter que anular todo o processo do IFSul, que está falando como  
808 reitor, o faria como advogado e defenderia isso na frente do juiz, porque não se  
809 pode trabalhar com dois pesos e uma medida, porque a medida é sempre a mesma,  
810 então os dois pesos têm que serem feitos com a mesma medida; que na  
811 objetividade das falas seja julgado apenas o que a COE pede, que existe um  
812 processo posto de início, a diferença de votos que modificariam ou não essa  
813 eleição, conforme fossem ou não considerados; que o Conselheiro Alexandre  
814 Nunes propôs que os votos não fossem considerados e a conselheira Daiani Dorow  
815 propõe que fossem considerados, haja vista que houve condição testemunhal; que a  
816 decisão deve ficar presa nesse objeto da ação, mesmo que o Conselho diga que não  
817 tem condições para resolver, já que não há outra instância a não ser a justiça  
818 comum; que precisamos ter a capacidade de dizer que não conseguimos  
819 compreender este processo e não nos sentimos habilitados a decidir; que então as  
820 partes terão aval do Conselho para recorrer a instâncias judiciais. O conselheiro  
821 Vitor Dias lembrou que o artigo 62 reforça a nulidade do artigo 61 pela não  
822 informação da resposta ao recurso em quarenta e oito horas, o que daria ganho de  
823 causa ao requerente; que se perder aqui ele vai recorrer em outra esfera; que estão  
824 sendo discutidos números de que não tem conhecimento; que tem que ter cuidado  
825 em duas situações, que se houver nova eleição no CaVG, vai desconstruir toda uma  
826 democracia, que não tem como chegar a um aluno que já foi motivado dizendo que  
827 o processo não valeu, que ele deve votar de novo; que vai ter que dizer para o  
828 diretor que ele vai ter que organizar uma nova campanha; e que também a COE  
829 tem que refazer todo o processo. O presidente Ricardo Carrilho disse quem precisa  
830 discutir o que é notificar; questionou se o site do IFSul é um meio oficial de  
831 comunicação, se precisava uma correspondência registrada. Ficou definido que o  
832 site era oficial, mas que a divulgação não obedeceu ao prazo de quarenta e oito  
833 horas após a análise do recurso, tendo sido feita após dez dias. O conselheiro Alex  
834 Orozco disse que em relação à democracia, a fala é ao contrário; pois chegar para o  
835 aluno e dizer que o processo não está transparente é democracia. O presidente  
836 Antônio Brod ratificou que a decisão tem que ficar presa ao objeto da ação, e que o  
837 Conselho tem que ter a responsabilidade de assumir a decisão de votar ou não e  
838 que aí a responsabilidade do processo fica em suas mãos. O conselheiro Vitor  
839 Manzke disse que ao terminar a eleição cumprimentou o professor Álvaro por ter  
840 ganhado a eleição, e o considerou diretor até haver um processo do professor

Bronzar

Vitor

AT

18

sh.

16 G

16

16

16

A-  
Daiani

16

16

16

16

16

16

16

841 Ricardo Sainz, dizendo que os números contradiziam o processo eleitoral; que  
842 concorda com as palavras do reitor sobre a definição do assunto, mas que no  
843 momento, em virtude das subjetividades mostradas, não tem como manifestação a  
844 fazer; que se for mantida a vitória do professor Álvaro, seguramente o professor  
845 Ricardo vai entrar com ação e vice-versa; se dissermos que vai ter nova eleição o  
846 professor Álvaro vai se defender com toda legitimidade. Sugeriu que a reunião  
847 continuasse no dia seguinte por estarem todos cansados. O conselheiro Marco  
848 Silva disse que todos estavam cansados, mas mais cansado e chateado ficava por  
849 ser muito democrático, que já tinha perdido eleição do candidato a reitor que  
850 apoiava e que foi para casa chateado; que em muitos momentos são chamados a  
851 negociar apoios, mas disse que perdeu a eleição no que acreditava, que respeitou o  
852 resultado engolindo algumas coisas que aconteceram naquele dia, alguns fatos  
853 lamentáveis que ocorreram durante o processo. Pediu que esquecessem que ele  
854 tinha visto aquele voto, o resultado se mantém; que tem que “ter a humildade de  
855 saber perder e saber ganhar, se perdi, vou pra casa, que a dificuldade de  
856 administrar, por qualquer dos lados, vai ser muito grande porque é cinquenta por  
857 cento, mas isso é problema do administrador, que vai ter que resolver  
858 internamente; que ele respeita os resultados, e as pessoas têm que assumir o que  
859 viram e o que não viram; que o resultado está posto e a situação toda, a  
860 discrepância entre votantes e votos não foi do CaVG, foi de várias urnas para reitor  
861 e o resultado foi respeitado, não entende porque hoje não se sentem em condições  
862 de definir, que para ele a situação está definida, que não vota no CaVG, mas  
863 respeita a decisão que comunidade colocou nas urnas”; propôs esquecer o tal voto,  
864 pois o resultado se mantém; que se tiver que rever, tem que rever todo o processo,  
865 pois a COE representou o processo geral, que o reitor foi questionado na justiça  
866 sobre o processo no IFSul, não em determinado *campus*, que se definindo a  
867 realização de outro processo, como será, haverá diretor em exercício, *pro tempore*,  
868 terá um externo para garantir a lisura e fazer o processo todo andar, que isso tem  
869 que ser definido hoje. O conselheiro Alex Orozco disse que já está ficando  
870 tradicional adiar a decisão de assuntos polêmicos para o dia seguinte e que se isso  
871 acontecer os outros tópicos devem ser votados hoje. O conselheiro Francisco  
872 Brongar disse já ter vindo para a reunião com a decisão tomada, que participou do  
873 processo do lado de fora, pois não era fiscal, mas que o voto existiu, que  
874 testemunhou, que alguém sumiu com ele, que decide a eleição e manifestou-se  
875 contrário à nova eleição; que mesmo o voto não estando materializado, ele existiu,  
876 que falou com todos os colegas fiscais na abertura do processo para reitor; que o  
877 processo foi complicado desde o início, que poderia ter sido mais tranquilo, se

  
vitor  
DH









989 A secretária Berenice Mattos disse que eles ainda estão trabalhando para a  
990 obtenção dos dados faltantes. O conselheiro Vitor Manzke disse que o que faltou e  
991 é de extrema importância, pois serão questionados sobre o que foi tratado na  
992 reunião é que, sendo o professor Álvaro o novo diretor, quando será empossado. O  
993 presidente Antônio Brod reconheceu que o conselheiro Alex Orozco tem razão em  
994 sua posição, que não conseguiram terminar o documento, mas que deve ser  
995 ratificado nesta ata que deverão apresenta-lo na reunião de abril. O conselheiro  
996 Alex Orozco disse o servidor Renato Dilli informou que o documento deveria estar  
997 em Brasília em abril. O presidente disse que precisará contatar o servidor sobre a  
998 implicação desta data e que se depender de *ad referendum* não o fará e se  
999 necessário incluirá na pauta de março. Quanto ao questionamento do conselheiro  
1000 Vitor Manzke, o tratamento será isonômico, como foi dado aos demais candidatos,  
1001 ou seja, a nomeação de diretor-geral de *campus* será feita pelo reitor e a proposta  
1002 da posse do novo diretor dar-se-á juntamente com a do novo reitor; que houve  
1003 casos em que antecipou a posse por vontade dos novos diretores em combinação  
1004 com os antigos que foi *pro tempore*, que agora tem a eleição do professor Álvaro,  
1005 que precisa conversar com o professor Ricardo Sainz para saber de sua posição;  
1006 que se este desejar dará posse imediata ao professor Álvaro, caso contrário vai  
1007 ficar na mesma condição dos outros diretores, mas o resultado já fica publicitado, a  
1008 exemplo do professor Rafael Leitzke, presente na reunião. O conselheiro Adão  
1009 Souza citou que deve ser incluído um artigo no regulamento do CONSUP,  
1010 estabelecendo critério de substituição do presidente, quem e quando substitui e os  
1011 poderes que terá. O presidente disse que nos três conselhos de que faz parte, a  
1012 situação é recorrente, mas em dois deles o presidente designa quem vai substituí-  
1013 lo. A reunião terminou às dezenove horas e trinta e cinco minutos.

*AF*  
*A-*  
*Carina*

*Amélia G. de Azeite*  
*Foz de Iguaçu*  
*Alvaro B. Solon*  
*chris*  
*Vitor*  
*Julia Roberta Schu*  
*Danielle Schmeibardt*  
*Francisco Dime Simões*  
*Francisco G. de Bragança*  
*Glencor*  
*Diego Z. Saldanha*  
*Carine Mendes*  
*Stekhaer*  
*de*